

PEDIDO DE RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

O Reclamante foi admitido em ____/____/____ para exercer a função de _____, com salário mensal de R\$ _____.

Durante o contrato de trabalho, o Reclamante sofreu diversas situações que configuram falta grave por parte da Reclamada, autorizando a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As principais faltas graves da Reclamada foram:

1. Exposição a condições de trabalho insalubres ou perigosas sem o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados;
2. Descumprimento reiterado do pagamento dos salários, com atrasos superiores a ____ dias;
3. Não recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante o período do contrato;
4. Assédio moral praticado por superiores hierárquicos, causando constrangimento e prejuízo à saúde psicológica do Reclamante;
5. Alteração unilateral e prejudicial das condições contratuais de trabalho, como redução de salário e mudança de função sem a concordância do empregado;

6. Falta de fornecimento de condições mínimas para a execução das tarefas, como materiais e ferramentas necessárias;

7. Outros fatos relevantes: _____

II – DO DIREITO

O artigo 483 da CLT estabelece que o empregado poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização quando o empregador:

- Não cumprir as obrigações do contrato;
- Exercer rigor excessivo;
- Tratar o empregado com rigor excessivo;
- Ofender a honra e boa fama;
- Praticar atos lesivos à honra e à boa fama do empregado ou de sua família;
- Reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários;
- Não cumprir as obrigações do contrato.

Diante das condições fáticas relatadas, restou claro o descumprimento das obrigações contratuais e legais pela Reclamada, autorizando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

III – DAS PROVAS

O Reclamante requer a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial:

- Prova testemunhal;
- Juntada de documentos;
- Perícia técnica, caso necessária;
- Inspeção judicial;
- Outros meios de prova que se fizerem necessários.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A declaração da rescisão indireta do contrato de trabalho, com fundamento no art. 483 da CLT;

2. A condenação da Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas em caso de dispensa sem justa causa, tais como:

- Aviso prévio;
- Saldo de salário;
- 13º salário proporcional;
- Férias proporcionais + 1/3;

- Multa de 40% sobre o FGTS;
- Liberação do FGTS;
- Seguro-desemprego;
- Multa do art. 477 da CLT;
- Multa do art. 467 da CLT, se houver;
- Horas extras e reflexos, se houver;
- Indenização por danos morais, se cabível;
- Outros direitos que se fizerem pertinentes;

3. A expedição das guias para levantamento do FGTS e habilitação no seguro-desemprego;
4. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios;
5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso necessário;
6. A condenação da Reclamada ao pagamento de juros e correção monetária legais.

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/ __ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/pedido-de-rescisao-indireta/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.